



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

HISTORIAS DE CORISCO INCENDIÁRIO: A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE LUTA ARMADA
EM PERNAMBUCO DURANTE A DITADURA BRASILEIRA (1968-1973)

Maicon Mauricio Vasconcelos Ferreira

mf.ferreiro@outlook.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO: Este artigo pretende contribuir com algumas considerações gerais, de ordem empírica e epistemológica, sobre estas questões próprias do ofício do historiador, ao passo que também discute nesta paragem o diálogo entre antropologia e a história. As reflexões aqui expostas, ainda que de âmbito geral, são em grande medida provenientes da pesquisa de doutorado, ora em andamento, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e orientada pelo professor Jean Rodrigues Sales sobre a história da esquerda armada em Pernambuco durante a ditadura brasileira. Nessa investigação entre as fontes por mim utilizadas estão os Prontuários - funcionais e individuais – do antigo Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), hoje custodiados no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE), e processos judiciais julgados na 7ª Auditoria Militar e seus respectivos recursos, quando houveram, ao Supremo Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal, pois os processos gerados seja no DOPS, Polícia Federal, Exército ou DOI-CODIs, atinentes a acusações de infração da lei de segurança nacional, haviam sido transferidos para os tribunais militares desde 27 de outubro de 1965 através do Ato Institucional nº 2 (AI-2), passando a julgar, assim, não somente militares como já o faziam, mas também civis acusados de atentar contra a segurança nacional.

Palavras-chave:

Ditadura Brasileira. Esquerda Armada. Teoria.

ABSTRACT

This article intends to contribute with some general considerations, of empirical and epistemological order, on these own questions of the office of the historian, while also discusses in this stop the dialogue between anthropology and history. The reflections presented here, although of general scope, are largely derived from the doctoral research, now in progress, carried out in the Post-Graduation Program in History of the Federal Rural University of Rio de Janeiro and guided by Professor Jean Rodrigues Sales on the history of the armed left in Pernambuco during the



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Brazilian dictatorship. In this investigation among the sources used by me are the records - functional and individual - of the former Department of Political and Social Order of Pernambuco (DOPS-PE), now guarded in the Public Public Archive Jordão Emereciano (APEJE), and lawsuits adjudicated on the 7th Military Audit and their respective resources, when they were, to the Supreme Military Tribunal and Supreme Federal Court, since the processes generated were in the DOPS, Federal Police, Army or DOI-CODIs, related to accusations of violation of the national security law, had been transferred for military tribunals since October 27, 1965, through Institutional Act No. 2 (AI-2), thus judging not only the military as they already did but also civilians accused of attacking national security.

Keywords

Brazilian Dictatorship. Armed Left. Theory.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nos domínios da História - a despeito de passados mais de 50 anos do golpe de abril de 1964 que pôs fim ao mandato do presidente João Goulart e ao estado democrático de direito no Brasil, instalando logo em seguida uma ditadura que durou mais de 20 anos -, as obras que refletem sobre o fenômeno da luta armada no Brasil ainda são relativamente recentes, sobremaneira se fizermos o recorte ao campo acadêmico, pois estas só vieram a surgir no pós-ditadura. Sobre o Nordeste em particular, são também muito escassos, não chegando a preencher uma dúzia de trabalhos que se debruçaram em profundidade neste assunto. A despeito dos avanços observados, há ainda uma centralização dos estudos e publicações no eixo Rio - São Paulo. Além de muito recentes, raros são os balanços historiográficos sobre esta temática que introduzam o leitor no âmago do debate contemporâneo e às questões suscitadas ao longo de sua produção.

Como disse Lucien Febvre na conclusão do seu livro *Combates pela História*, “organizar o passado em função do presente: é aquilo que poderíamos chamar a função social da História” (FEBVRE, 1989. p.258), e, nesse sentido, na esteira do conceito de história-problema consagrado por ele e Marc Bloch, a pesquisa sobre a atuação da esquerda armada no Brasil durante a ditadura tem relevância particular para a atualidade e tempos vindouros, especialmente neste momento em que a seguidismo ao discurso estadunidense de combate global ao terrorismo, desdobra em países da América Latina - com maior ênfase no Chile, Guatemala e Brasil¹ – uma criminalização dos movimentos sociais e ativistas por parte do Estado, enquadrando-os legalmente como terroristas, a partir da Lei Antiterrorismo, que tem foco primeiro na figura do inimigo interno. Portanto, podemos dizer que seria uma atualização, para os novos tempos democráticos, da Lei de Segurança Nacional (LSN), usando-se inclusive a mesma rotulação que foi dada pela Ditadura aos grupos da esquerda armada que lutaram por transformação social naquele período, imbuídos de um projeto revolucionário para o Brasil, comum às utopias daquela geração.

¹ Num processo excepcionalmente célere para os “padrões” do congresso brasileiro, foi aprovada e sancionada pela presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores, em 17 de março deste ano, a Lei Antiterrorismo (13.260/2016), de implicações tais ainda difíceis de vislumbrar para as já parcas “liberdades democráticas”, juntando-se ao entulho autoritário legado da ditadura e que permaneceu na Constituição de 1988. Sobre este aspecto cf. ZAVERUCHA, Jorge. “Relações civil-militares: O legado autoritário da constituição de 1988”. In SAFATLE, 2010.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Para qualquer investigação histórica é imprescindível conhecer profundamente a dinâmica interna da fonte que será utilizada, o contexto a que ela se refere e, claro, também o(s) autor(es) de sua produção – sejam identificáveis as pessoas ou apenas a instituição ou símile, para daí proceder ao trabalho investigativo propriamente dito do tema elegido para estudo. Quando essa fonte são documentos institucionais do Estado e este figura no momento como uma Ditadura, esses cuidados que devemos nos acercar, de conhecer em minúcia os elementos constitutivos da fonte, ganham ainda maior notoriedade, além, imprescindivelmente, de outro conjunto de questões teórico-metodológicas sobre o tema a serem necessariamente operados com traquejo na consecução interpretativa do trabalho histórico.

O historiador necessita de sensibilidade para exercer seu ofício, negando sempre o caminho da coisificação – que é a morte da dialética - do seu objeto de estudo. Para que a partir daí possa compreender o documento e a história não como um cadáver onde ele será o legista, mas sim possa sentir a pulsação da vivacidade do passado, ainda que como um amontoado de ruínas onde constem dores, incertezas, fracassos, medos, etc., mas igualmente esperanças, alegrias, vitórias, etc.. Assim, estando disposto à busca no fio do relato particular das redes que o ligam a totalidade maior, ainda que em forma de negação. No caso da esquerda em armas durante a ditadura, é fundamental compreendê-la dentro de um prisma processual, em que os indivíduos integrantes das organizações armadas tinham sua história particular, mas naquele interregno encontravam-se unidos por um projeto comum: A Revolução Brasileira, ou seja, a transformação radical da sociedade. Estivessem essas pessoas, em sua grande maioria jovens, preparados ou não para a revolução, com maior ou menor clareza teórica de sua opção naquele momento e naquele cenário.

Assim, consideramos que esse “campo comum” de compartida de experiências, medos, anseios, etc. encadeou a complexa construção de uma cultura coletiva entre os integrantes das organizações da esquerda armada brasileira. O funcionamento dessa cultura coletiva tem muito a dizer ao historiador no decurso do seu estudo cientificamente conduzido (FEBVRE, 1989.p.30). Este elemento é confirmado por Carlo Ginzburg e Carlo Poni em artigo conjunto de 1979, *O Nome e o Como: Troca desigual e mercado historiográfico*, no qual os autores buscam na baliza da particularidade a construção de uma categoria inovadora na história social, esta atenta aos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista como contraditória a do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular - de um homem, de um grupo de homens – e, como ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve.” (REVEL, 1998. p.21)

Considerando cultura “um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (GEERTZ, 1989. p.24)². Colocando-os no painel das banalidades que lhes são peculiares, assim tornando possível a dissolução de sua opacidade ao passo que traz a luz sua normalidade sem reduzir suas particularidades. Como alude Geertz a Weber, para esclarecer qual seu conceito de cultura, aqui também o fazemos, “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, sendo assumida a cultura como sendo essas teias e a sua análise; por conseguinte, “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície.” (Idem, p.15) Sendo, de certa maneira semelhante a tarefa do crítico literário (Idem, p.19).

É a História de tendência etnográfica a qual se propõe o historiador francês Robert Darnton, que afirma nas suas obras a necessária relação entre antropologia e história³ - para desvelar não

²Nestas passagens a seguir (p.37, 66) d’*A interpretação das Culturas*, Geertz traz uma síntese do método operacional de sua teoria: “Tal visão de como a teoria funciona numa ciência interpretativa sugere que a diferença, relativa em qualquer caso, que surge nas ciências experimentais ou observacionais entre “descrição” e “explicação” aqui aparece como sendo, de forma ainda mais relativa, entre “inscrição” (“descrição densa”) e “especificação” (“diagnose”) - entre anotar o significado que as ações sociais particulares têm para os atores cujas ações elas são e afirmar, tão explicitamente quanto nos for possível, o que o conhecimento assim atingido demonstra sobre a sociedade na qual é encontrado e, além disso, sobre a vida social como tal. Nossa dupla tarefa é descobrir as estruturas conceptuais que informam os atos dos nossos sujeitos, o “dito” no discurso social, construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano. Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo - isto é, sobre o papel da cultura na vida humana. À parte alguns detalhes de orientação, ligados a assuntos mais de apoio, é dessa maneira que a teoria funciona nos ensaios aqui colecionados. (...) O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas.

³ Sobre a metodologia nessa inter-relação, diz Darnton n’*O Grande Massacre dos Gatos, e outros ensaios da história cultural francesa* (Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986): “O método antropológico da História tem um rigor próprio, mesmo quando possa parecer, a um cientista social tarimbado, suspeitosamente próximo da literatura. Começa com a premissa de que a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura. Ao historiador,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

somente o que as pessoas sobre as quais o historiador se debruça pensam, mas como pensam, a partir de novas perguntas - e nos lega através de seus trabalhos uma metodologia para ser aplicada à análise documental e escrita histórica que a todo momento alerta contra o “pecado mortal” do anacronismo, diz ele que “precisamos de ser constantemente alertados contra uma falsa impressão de familiaridade com o passado, de recebermos doses de choque cultural” (DARNTON, 1986. p. XV).

Explica Ginzburg que assim como um tapete, a pesquisa também é composta por fios, que vão forjando uma tessitura que aumenta sua complexidade e caráter homogêneo ao passo que os sinais vão sendo interpretados. E a direção do olhar define diferentes resultados, pois assim como num tapete que com desenhos estampados trazem uma infinidade de leituras sobre si, assim também é a história, ou seja, para compreensão da trama que a compõe é necessário o entrecruzamento dos resultados desse olhar nessas diferentes direções.

Se quisermos ler os testemunhos históricos contra as intenções de quem os produziu, ainda que seja fundamental levar em consideração suas intenções, é imprescindível reconhecer que todo texto detém elementos incontrolados (GINZBURG, 2007, p.11). Somente compreendendo estas questões é que podemos instaurar a partir das lutas sociais do presente a contra-memória dos oprimidos, operar a partir de uma *História vista de baixo*⁴:

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens

portanto, deveria ser possível descobrir a dimensão social do pensamento e extrair a significação de documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho. Esse tipo de História Cultural pertence às ciências interpretativas” (O grande massacre dos gatos. p.XVII). Advertindo igualmente, “ao tentar evitar o perigo de um positivismo deslocado, não deveríamos incorrer no erro oposto de pensar que tudo é permitido na história antropológica. Podemos nos equivocar com relação a culturas, da mesma maneira como podemos cometer erros na fala. As visões de mundo não são vazias de evidências, de maneira que deveríamos ser capazes de abrir caminho até elas, não dando saltos intuitivos dentro de etéreos climas de opinião, mas meditando sobre as fontes” (pp. 334-335)

⁴ Sobre a perspectiva da história vista de baixo cf. entre outros: BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: BENJAMIN, 1993; HILL, 1987; SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. In BURKE, 1992; THOMPSON, 1998; _____. 1987, 3v.; “A História Vista de Baixo” In THOMPSON, 2001; CHALOUB, 1986, 1990.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.(BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: _____, 1993, p.225)

Trata-se de conjecturar (o que está dentro do documento, também está fora) o invisível a partir do visível, dos indícios, do rastro. Atentando para o discurso ali contido enquanto arma ideológica, com o cuidado para a não tomada das palavras textuais como verdades, mas sim buscar elementos para indagar aos documentos, exteriores ao próprio, entretanto que o compõem, como por exemplo: o contexto, quem o escreveu, etc. Sendo caro para o Historiador construir sua metodologia com princípios fundamentados na inquirição profunda que possibilite a transcendência do aparente contido no documento, “é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas (GINZBURG, 2002, p.43).

O que não se pode é escamotear a distinção entre juízo de fato e juízo de valor – este que é o limite do relativismo. Nesse sentido, sem incorrer numa falsa neutralidade científica, salienta-se, na pesquisa histórica, a observação atenta das “relações de força”, presentes nos discursos e nos documentos, porém, como sustenta categoricamente a proposta do paradigma indiciário do historiador italiano Carlo Ginzburg, “encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores” (Idem, p.61). Mas claro que o verdadeiro é sempre um ponto de chegada e não um de partida para o procedimento da análise histórica com lastro nas evidências. E esta análise está submetida a uma lógica, a qual é indispensável conhecer para adentrar nos fatos históricos que possam ser apreendidos através da interpretação documental.

Nesse sentido, os documentos que analisamos não fogem a essa regra. E diga-se que tanto os prontuários e IPMs quanto os processos judiciais são documentos institucionais, que imprimem em si uma versão oficiosa da ditadura e carregam consigo o selo da manipulação e fabricação ideológica, mas dada a complexidade dessas fontes e dos dados neles contidos, não se deve



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

desqualificá-los em razão disto, mas pôr esta fonte sob suspeição e precaver-se quando de sua investigação.

Quanto aos interrogatórios em particular, seja do DOPS ou qualquer outro órgão do aparato repressivo da ditadura brasileira que vigorou de 1964 a 1985, havia o ritual da “construção de ‘provas’ que possibilitaram o enquadramento das pessoas contrárias à ordem estabelecida pelo regime militar” (SILVA, 2007, p.20). Nesse sentido, “o fato de os procedimentos empregados para a obtenção de informações serem clandestinos e violentos, e, portanto, produzirem resultados cujo valor poderia ser questionado, não desqualifica as fontes, mas encaminha o olhar exatamente para o modo como esse mecanismo se inscreve nelas” (JOFFILY, 2008, p.25)

Na mesma direção, é salutar a ênfase de que os acervos como os do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), foram “produzidos com o intuito de incriminar determinadas pessoas. Acervos constituídos com este objetivo específico nos dizem mais acerca dos mecanismos e critérios da própria repressão do que sobre as pessoas que eles pretendem documentar” (ARAÚJO, 2004. p.135).

Inspirado na Doutrina de Segurança Nacional e contando com a estrutura do Sistema Nacional de Informações (SNI), era a partir dos IPMs - com agentes infiltrados nas universidades, colégios secundaristas, instituições, órgãos públicos e etc. – que as perseguições aos opositores ocorriam, burocrático e “legalmente”. Na adoção sistemática da política de ‘Repressão Preventiva’, foi adotada a lógica - invertendo qualquer princípio jurídico – “de escolher sempre a interpretação mais desfavorável às pessoas acusadas de oposição política ao regime, de contrariar expressamente os dispositivos legais que lhes fossem favoráveis” (COIMBRA, 2000. p.15). Esse *modus operandi* podia ser observado em qualquer etapa do procedimento jurídico, da instalação do inquérito ao final julgamento, que dava termo ao processo⁵.

Estes inquéritos eram instalados a partir de uma lógica de suspeição apriorística, ou seja, uma pressuposição de culpa do acusado, onde bastava o depoimento de um informante, ou não, para efetivar-se a diligência e vigilância sobre o suspeito, haja vista, “carentes de qualquer

⁵ Cf. entre outros: MACIEL, 2003; MATTOS, 2002; SILVA, 2001; FRANCA, 2009; BARBOSA, 2009; REZENDE, 2013.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

fundamentação jurídica formal, os IPM's não se submetiam a regras fixas de comprovação.” (ALVES, 1984. p.57).

Sem a consideração desse conjunto de elementos não é possível apreender a agudeza e intensidade subjetiva das experiências das organizações da esquerda armada, as quais impactavam decisivamente em seus atos, nem tampouco apreender o cotidiano dessas organizações – seus erros e limitações estratégicas – e sua relação com o terrorismo de Estado.

Para penetrarmos nas especificações complexas das organizações da esquerda armada, faz-se necessário compreender o movimento como uma contestação de uma totalidade, numa tentativa de ruptura da dominação do presente e que repete o passado, ou seja, um lampejo na direção de quebrantar com a cadeia de reprodução das relações sociais de dominação, assim, pois, os integrantes da esquerda armada, quando considerados coletivamente, almejavam um projeto de instituição de um novo tempo, um tempo de descontinuidade, usando a acepção do crítico e filósofo alemão Walter Benjamin. Munidos de um furor utópico-revolucionário, tentaram cumprir um papel messiânico de construção de um mundo novo com justiça e igualdade, inscrevendo sua história na tradição das lutas do povo para subverter sua condição de subalternidade. Significaram, ainda que não tenham alcançado sucesso no seu intento, uma força de contestação ao Estado e ao sistema: uma contestação de hegemonia, não somente das elites brasileiras, mas também do capital multinacional e associado, grande articulador do golpe de 1964⁶.

Como dito a princípio, estas foram apenas considerações gerais na tentativa de contribuir com uma temática de amplitude robusta, o *modus faciendi* do historiador. Evidentemente que muitas foram as lacunas deixadas, pois além das limitações de conhecimento e o espaço reduzido, são reflexões parciais de uma pesquisa ainda em andamento. Tentei demonstrar a necessária indissociabilidade entre o *métier* empírico da pesquisa na análise documental e as questões mais gerais do tema objeto do estudo, concluindo no sentido de que essa relação não deve ser estanque, ao contrário, deve ser operada dialeticamente⁷, “é que pôr um problema é o começo e o fim de toda

⁶ Cf. DREIFUSS, 2006.

⁷ Por isso a escolha em inter-relacionar considerações de ordem teórico-metodológicas de âmbito geral do campo da pesquisa histórica com uma investigação específica, por mim empreendida, sobre a atuação da esquerda armada durante a ditadura brasileira (1968-1973).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

história. Se não há problemas não há história. Apenas narrações, compilações” (FEBVRE, 1989. p.32)

Para, assim, ir ao encontro da base criadora de qualquer trabalho científico moderno, ou seja, pôr problemas e formular hipóteses⁸, tendo por centralidade o sujeito inscrito numa coletividade, já que “o objeto dos nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da sociedade – mas o próprio homem, entendido no seio dos grupos que faz parte” (Idem. p.31). Todavia, reconhecemos que “falar de História não é fácil, mas estas dificuldades de linguagem introduzem-nos no próprio âmago das ambiguidades da história.” (LE GOFF, 1990. p.17). Por fim, humildemente pegando de empréstimo uma expressão de Thompson constante na conclusão do seu artigo sobre folclore, antropologia e história social, digo que, se ajudei a identificar o lugar onde moram algumas dificuldades, então meu propósito foi alcançado. Se não vocês me perdoem por pensar em voz alta.

⁸ “O discurso histórico disciplinado da prova consiste no diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é a hipótese (por exemplo, pela maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência com suas propriedades determinadas.” (THOMPSON, 1981. p.49)



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Bibliografía

- ABREU, João Batista de. **As Manobras da Informação**: Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALVES, Taiara Souto. **Dos Quarteis aos Tribunais**: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: IFCH/UFRS, 2009.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **1964 e o Nordeste: Golpe, Revolução ou Contra-revolução?**. São Paulo: Contexto, 1989.
- ARAÚJO, Maria Nascimento Paula, "Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970". IN: FICO, et al. (Orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- _____. *40 Anos do Golpe Militar: Oportunidade para uma reflexão Histórica e Historiográfica Sobre a Ditadura e a Repressão no Brasil*. **Dimensões**. v. 16 – 2004.
- _____. **Utopia Fragmentada**, As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970, FGV, Rio de Janeiro, 2000.
- _____; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura Militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho / organização - 1. ed. – Ponteio: Rio de Janeiro, 2013.
- BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **Mudança Constitucional, Autoritarismo e Democracia no Brasil pós-1964**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, 2009.
- BNM. **Projeto "Brasil: Nunca Mais"**. "Projeto A", 6 tomos, 12 v. Arquidiocese de São Paulo, 1985.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CHALOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: O cotidiano dos Trabalhadores na Belle Époque. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986;
- _____. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: Banalizando a Violência. **Psicologia em Estudo**. DPI/CCH/UEM, v. 5, n. 2, 2000.
- DARNTON, Robert. **O Grande Massacre dos Gatos**, e outros ensaios da história cultural francesa. Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas**: Dos Annales à Nova História. Prefácio: Elias Thomé Salina; Tradução: Dulce A. Silva Ramos. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- DREIFUSS, René Armand. **1964**: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 2006.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Trad. Leonora M. Simoes; Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- FRANCA, Andréa da Conceição Pires (2009). **Doutrina e Legislação**: Os bastidores da política dos militares no Brasil (1964-1985). Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo.
- GEERTZ, Clifford (1989). **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GINZBURG, Carlo - org. (1991). **A Micro-história e outros Ensaios**. Tradução de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- _____. (2008). **Medo, Reverência, Terror**: Quatro ensaios de iconografia política. Tradução: Federico Carotti; Joana Angélica d'Avila Melo; Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.
- _____. (1989). **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2007). **O Fio e os Rastros**: Verdadeiro, falso, fictício. Tradução: Rosa Freire D'aguiar; Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2002). **Relações de Força**: História, retórica, prova. Tradução: Jonatas Batista Neto. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- _____. (1987). **Tentativas**. Traducción Ventura Aguirre Durán. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Facultad de Historia. Morelia, Michoacán, México, 2003.
- GOENDER, Jacob (1987). **Combate nas Trevas**: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática.
- HILL, Christopher (1987). **O Mundo de Ponta-cabeça**: Idéias Radicais Durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras.
- JOFFILY, Mariana Rangel (2008). **No Centro da Engrenagem**: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese (doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo.
- LE GOFF, Jacques (1990). **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Editora da UNICAMP: Campinas, SP.
- MACIEL, Wilma Antunes (2003). **Repressão Judicial no Brasil**: o capitão Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971). Dissertação (mestrado) – Departamento de História, FFLCH-USP, São Paulo.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de (1997). A Lógica da Suspeição: Sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**. v. 17 n. 34 - São Paulo.
- MATTOS, Marco Aurélio V. Leme de (2002). **Em Nome da Segurança Nacional**: Os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), (1969-1979). Dissertação, (mestrado em História), USP.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; et. al. – orgs (2004).. **O Golpe e a Ditadura Militar: Quarenta Anos Depois (1964-2004)**. Bauru-SP: Edusc.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (1990). **A Revolução Faltou ao Encontro**. Os comunistas no Brasil, Brasiliense, São Paulo.
- REVEL, Jacques - org. (1998). **Jogos de Escalas**: A experiência da microanálise. Tradução: Daro Rocha. - Rio de Janeiro: Editora FGV.
- REZENDE, Maria José de (2013). **A Ditadura Militar no Brasil**: Repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. Londrina: Eduel.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- RIDENTI, Marcelo (1993). **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP.
- _____ (2004). Resistência e Mistificação da Resistência Armada Contra a Ditadura: Armadilhas para pesquisadores. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; et. al. (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: Quarenta Anos Depois (1964-2004)**. Bauru-SP: Edusc,.
- SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson - Orgs. (2010). **O que Resta da Ditadura**: A exceção brasileira. São Paulo: Boitempo.
- SALES, Jean Rodrigues (2005). **O Impacto da Revolução Cubana sobre as Organizações Comunistas Brasileiras (1959-1974)**. Tese (Mestrado em História), Campinas: IFCH/UNICAMP.
- SHARPE, Jim (1992). “A História Vista de Baixo”. In BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- SILVA, Angela Moreira Domingues da (2001). **Ditadura e Justiça Militar no Brasil**: A atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980). Tese (Doutorado em História, política e bens culturais). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.
- SILVA, Macilia Gama da (2007). **Informação, Repressão e Memória**: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Tese (Doutorado em História), Recife: CFCH/UFPE.
- SOARES, Gláucio A. D.; et all (1994). **Os Anos de chumbo**: a memória militar da repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- THOMPSON, Edward Palmer (1981). **A Miséria da Teoria**, ou um planetário de erros: Uma crítica ao Pensamento de Althusser. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores.